

DOI: 10.20911/21799024v15n1p4/2024

Democracia: direitos, liberdade e capacidade de pensar

Em outubro teremos novas eleições municipais. Um dos princípios basilares da Constituição Federal do Brasil é a democracia. De acordo com o texto da Carta Magna, “todo poder emana do povo”. Mas, se o povo é o titular do poder, de que modo ele o pode exercer? A própria Constituição determina os modos do exercício do poder: “por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Tanto o exercício direto do poder quanto o exercício por meio de representação estão intimamente vinculados com a capacidade de atuação do cidadão, isto é, com a capacidade de participação. Colocamos, então, a questão: somos efetivamente capazes de participar? Se o poder emana do povo isso significa que é o povo o seu titular. Logo, só conseguiremos efetivamente realizar a democracia em sentido pleno quando o povo puder exercer de modo cada vez mais efetivo o próprio poder. Como tornar isso possível?

A desigualdade social torna difícil a realização da democracia. Ela é característica de sociedades nas quais pequeno número de pessoas possui privilégios. Para manter privilégios, quem os possui parece preferir que a desigualdade se mantenha. Neste caso é melhor atender aos interesses do “mercado”. Distribuição de renda, reforma agrária, direitos trabalhistas, políticas públicas, educação de qualidade à medida que pretendem gerar justiça social, promovendo igualdade e equidade, podem se apresentar como ameaça a interesses bem determinados. Por outro lado, a falta de condições adequadas de vida, dificuldade de acesso à saúde, alimentação, moradia, trabalho e educação inviabilizam a participação da maior parte da população nos processos políticos. O povo termina por abrir mão do seu próprio poder, muitas vezes em troca de quase nada.

O voto obrigatório, não garante o autêntico exercício do poder por parte de grande parcela das pessoas. Muitas terminam por trocar o seu direito por um pedaço de pão, de teto ou de uma ninharia qualquer. Logo, uma das condições

indispensáveis para a realização da democracia é a superação da desigualdade social. Não é à toa que o crescimento mundial da extrema direita, alinhada fortemente aos interesses do neoliberalismo, acende grande preocupação em relação a possibilidade efetiva da realização da democracia.

Contudo, a satisfação das necessidades básicas não é a única condição para a realização da democracia. Se no nível das necessidades ainda não conseguimos gerar igualdade e equidade, isto é, se ainda não conseguimos garantir as condições para o efetivo exercício do poder de grande parcela do povo, infelizmente, também não podemos dizer que o povo brasileiro seja tratado de modo igual diante das leis. Basta olharmos para a população carcerária: ela é constituída na sua grande maioria por pessoas negras, de baixa renda. Essas pessoas são submetidas a situações extremamente degradantes que inviabilizam qualquer possibilidade de reintegração social. Porém, apoiada na falácia da meritocracia, a sociedade, guiada por uma elite que usurpou o poder de seu verdadeiro titular, procura fazer acreditar que culpas e recompensas estão relacionadas exclusivamente a qualidades e atitudes pessoais. Basta ver como foi e ainda é a resistência diante das políticas afirmativas de inclusão.

Entretanto, como dissemos, o efetivo reconhecimento da igualdade perante as leis, é condição indispensável para que o povo possa exercer o seu próprio poder, isto é, possa atuar efetivamente como cidadão. Sem igualdade perante a lei não há democracia em sentido pleno. A igualdade perante a lei é condição para a realização da justiça. Sem igualdade, nem mesmo o direito, enquanto sistema de normas institucionalmente constituído, consegue ser justo. E a justiça é uma das condições para a efetiva realização de um Estado Democrático de Direito.

Contudo, a satisfação das necessidades básicas e a igualdade perante a lei não são as únicas condições para a efetiva realização da democracia. Não há democracia sem efetiva participação popular. E apenas participa efetivamente quem tem condições e efetiva capacidade para isso. Mas, quais seriam essas condições?

A condição mais básica para a participação democrática é o exercício da liberdade. Não se trata de liberdade no sentido de poder fazer o que se quer, sem nenhuma oposição. Nem tampouco da liberdade como mera capacidade de escolha. O exercício da liberdade que está na base da autêntica participação é aquele que nasce de uma profunda consciência que o sujeito tem de si mesmo e da situação. A liberdade, condição para o exercício pleno da cidadania, é aquela que nasce de uma relação responsável com o outro, guiada por uma consciência esclarecida que é capaz de tomar posição e ser responsável por ela.

A dificuldade para a realização da democracia que surge a partir dessa condição básica é imensa. Em primeiro lugar, há uma tendência crescente de se confundir liberdade com a pura noção de ausência de impedimento externo. Além disso, o crescimento do individualismo gera cada vez mais escolhas auto-centradas que tendem a desconsiderar o outro. Passa a responder por suas ações apenas quem é constrangido a responder. A noção de consciência moral é pro-

gressivamente esvaziada. O sujeito tende a acreditar que pode fazer tudo o que quer para satisfazer exclusivamente suas próprias vontades.

Assistimos a crescente dificuldade de promoção de diálogo. Oposição de ideias passa a ser vista como ataques pessoais. Posições são defendidas de modo completamente irrefletido. Criam-se “verdades” que são afirmadas como absolutas por determinados grupos e que servem de justificativa para divulgação de notícias sem uma previa verificação de sua autenticidade. Cria-se uma cultura do ataque, do ódio, da violência.

Porém, o que se esconde muitas vezes por traz do aparente exercício da pura vontade é a submissão à vontade de outrem. Constituímos sociedade de massa na qual as vontades não são próprias, mas sim determinadas de modo heterônomo. O que a maioria das pessoas não percebe é que ao agirem de modo individualista e autocentradas, o que na verdade estão fazendo é atendendo a interesses de instâncias políticas e econômicas que assumiram para si o exercício do poder. Para essas instâncias interessa a existência de uma sociedade fragmentada e marcada pelo medo.

Se desde sempre as religiões tiveram um papel importante na formação das consciências individuais, hoje não é diferente. Basta vermos como é complexa a relação que se estabelece no cenário atual entre política e religião. O discurso religioso é usado por determinados grupos com o interesse de conquistar votos. O que é extremamente problemático é que na maioria das vezes o que se esconde por detrás do discurso religioso, com tom fortemente moralista, são intenções completamente contrárias a mensagem genuína propagada pelas religiões.

Além disso, os meios de comunicação atuam como mecanismos poderosos capazes de conduzir as consciências. No mundo virtual os algoritmos determinam até mesmo o tipo de conteúdos aos quais temos acesso, garantindo a manutenção de bolhas e inviabilizando a perspectiva do diálogo e do confronto de posições diferentes. O desenvolvimento da IA tem nos tornando ainda mais dependentes de processos artificialmente construídos. Acumulamos montanhas de informações. Com grande rapidez, através de um simples toque no celular, encontramos dados antes difíceis de acessar. Por outro lado, parece que estamos nos tornando cada vez mais incapazes de pensar.

Pensar exige esforço, paciência, dedicação. Para que gastar tempo, ter paciência, se podemos obter tudo de modo rápido, quase instantâneo? Com um click a IA pode nos oferecer resultados impressionantes. Ela cria textos, traduz, gera informações, produz imagens. Vamos nos tornando cada vez mais “preguiçosos” e cada vez mais dependentes desses mecanismos. Assumimos como verdade qualquer conteúdo, qualquer opinião.

Contudo, ser capaz de pensar é fundamental para que nos tornemos efetivos participantes políticos. O pensar é condição básica para a realização efetiva da democracia. Diante dos conteúdos que nos bombardeiam, precisamos ser capazes de distinguir o que é verdadeiro e correto do que apenas é propagação

de posições ideológicas tendenciosas que tem por objetivo confundir e manipular as consciências.

O problema da verdade está presente nas origens da Filosofia. Platão, por exemplo, precisou mostrar que era possível distinguir o discurso falso do verdadeiro. Ao se confrontar com Parmênides, no texto o *Sofista*, Platão defende a necessidade se superar a posição dos *Sofistas* que levam ao relativismo e, conseqüentemente, inviabilizam a ciência. Apoiado na teoria das ideias, ele mostrará que a realidade pode ser afirmada no discurso por meio do entrelaçamento de ideias fundamentais: de ser, mesmo e outro. O erro nasce quando no discurso as ideias não são articuladas de modo adequado. Quando no discurso o mesmo é colocado no lugar do outro e o outro no lugar do mesmo.

Se Platão se confrontava com os *sofistas*, hoje podemos dizer que há vários sofistas potencializados pelas redes. Sem nenhum compromisso com a verdade e o bem comum, eles fazem de tudo para conquistar seus próprios interesses a partir do convencimento retórico, que atualmente se apresenta em forma de memes, imagens, Fake News. Tudo isso facilmente compartilhado de modo irrefletido pela maior parte da população.

Mas, se de um lado temos poucos que estão por traz dessas ferramentas e que as criam e manipulam com interesses próprios, por outro, assistimos, no Brasil, a crescente falta de investimento em educação e em pesquisa. Alinhando a isso, temos visto a Universidade Pública ser vítima de ataques. Cursos, principalmente da área de humanidades como, por exemplo, Filosofia, Sociologia e Teologia vem tendo sua legitimidade questionada. Inegável que tudo isso faz parte de um projeto político que seguramente não tem traços democráticos. A intenção não parece ser garantir as condições para que o povo possa exercer o seu poder, mas sim transformar o povo que deveria ser o detentor do poder político em instrumento da vontade de poucos.

O desincentivo ao pensar coloca em risco a possibilidade de formação de uma esfera pública consciente de seu papel, de seu lugar no mundo, de suas responsabilidades, direitos e deveres. O pensar é indispensável para o exercício do poder que, em termos de democracia, só pode ser afirmado como exercício da liberdade. A realização da democracia depende do fortalecimento da esfera pública, formada por sujeitos capazes de pensar e exprimir livremente suas posições e vontades, e ao mesmo tempo, de se colocar na posição dos outros e acolher posições afirmadas por eles. A fragmentação social, o individualismo, a falta de capacidade para se colocar no lugar do outro e para submeter as próprias posições à avaliação de um ouvinte enfraquecem a possibilidade do exercício da cidadania.

Diante das questões apresentadas aqui podemos concluir que a defesa da democracia precisa se constituir como luta por uma sociedade mais igualitária que seja capaz de garantir a todos a satisfação de necessidades básicas. Também deve ser compreendida como defesa de uma sociedade que garanta o reconhecimento de todos como iguais sujeitos de direito. E, finalmente, para que a democracia seja concreta é necessário garantir as condições para a participação política que se torna efetiva graças ao desenvolvimento da capacidade de pensar

que é condição indispensável para afirmação da dignidade cada pessoa como livre.

Que os artigos publicados nesse número da revista *Pensar* possam, de algum modo, contribuir com a formação e o desenvolvimento da pesquisa. Estes são caminhos fundamentais para o desenvolvimento da consciência crítica, da capacidade de pensar, do exercício da liberdade que, como defendemos, são condições indispensáveis para que o povo possa efetivamente exercer o poder e para que a sociedade brasileira se torne realmente mais democrática.

Luiz Carlos Sureki

Cláudia Maria Rocha de Oliveira

Washington Paranhos